

CONSELHO FISCAL DO IPSERV

ATA DA 489ª (QUADRINGENTÉSIMA OCTOGÉSIMA NONA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA – IPSERV - EXERCÍCIO 2025.

Aos treze dias do mês de junho do ano de 2025, às 09 (Nove) horas, na sala de reuniões do IPSERV, reuniram-se presencialmente os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Uberaba - IPSERV. Fizeram presença à reunião as Conselheiras Luzia Cristina da Silva, Josiani Lança de Azevedo e Conselheiro Presidente Carlos César Gonzaga. Como convidado esteve presente Sr. Márcio Adriano Oliveira Barros presidente do IPSERV. O objetivo da reunião foi o de esclarecer questionamentos e dúvidas sobre o cotidiano do RPPS como também analisar a prestação de contas referente ao encerramento do período de 2024, utilizando como referência os documentos solicitados por este Conselho Fiscal, contidos na Convocação para esta reunião, publicada no Porta Voz número 2697 de 29/05/2025, assim como todos outros que mesmo não solicitados; a equipe gestora e/ou servidores do próprio IPSERV, definirem como necessários para a execução dos trabalhos propostos, colocando-os a disposição deste Conselho. O presidente deste Conselho Fiscal Sr Carlos César, inicia agradecendo a presença de todas as conselheiras à esta reunião. Ao iniciar o procedimento de verificação dos documentos na pasta recebida pelas mãos da Sra. Gisele França Borges que é Analista de Serviços Previdenciários – Secretária Executiva; os conselheiros identificaram novamente a ausência dos relatórios e balanços contábeis do período a ser analisado. Foi constatado uma diferença na Receita Orçamentária no valor de R\$1.507.655,86 (Hum milhão quinhentos e sete mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos). Os conselheiros solicitaram a presença à reunião dos servidores Sr. Augusto Fernandes Santos Correia chefe do departamento de contabilidade do IPSERV. Quando questionado a respeito do valor divergente de R\$1.507.655,86, nos informou que o valor se refere ao Ticket 2024, e que identificou que o sistema não parametrizou o valor em referência. Foi convidada também Sra. Werlaine Cristina Felix Moura Controladoria-Ouvidoria, para nos esclarecer sobre essa

diferença de R\$1.507.655,86. Nos informou que o valor se refere ao ticket de 2024, e que vai fazer o acerto no relatório da Controladoria e nos entregar até o dia 24/06/25. Foi também identificada a diferença entre o que foi registrado no Balanço Orçamentário Referência 14º Encerramento Final R\$245.457.085,19 e o valor real que deveria ser registrado que era R\$246.964.741,35, que é a origem da diferença de R\$1.507.655,90. Observamos que no futuro próximo, quando o IPSERV colocar à disposição deste Conselho os relatórios que ainda não foram direcionados, serão necessárias reuniões extraordinárias para tratar da análise completa dos períodos que não foram analisados. Registramos que a responsabilidade de disponibilizar documentos para análise das prestações de contas, compete somente ao IPSERV, sendo a sua pontualidade independente da vontade deste Conselho Fiscal. Quanto ao assunto da "Regularização da transferência do Imóvel "Jockey Club Centro" do município de Uberaba para o IPSERV, atendendo a doação realizada pela Prefeitura Municipal de Uberaba ao IPSERV, e tendo sido motivo de discussão em outras reuniões e já citado em atas anteriores. Ficou decidido que um representante do IPSERV estaria presente nas reuniões deste Conselho, e passaria as informações de todo o trâmite ocorrido durante o mês analisado. A informação sobre esse procedimento, recebemos do Sr. Márcio Adriano Oliveira Barros presidente do IPSERV em reunião com este conselho. Porém, para esta reunião, não recebemos nenhuma informação por parte de nenhum representante do IPSERV. A análise dos documentos apresentados pelo IPSERV, é para fornecer aos usuários informações sobre resultados alcançados (sociedade em geral, órgãos de controle, servidores, bancos), proporcionar informação sobre a situação patrimonial, desempenho e fluxo de caixa da entidade, que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações, informação útil para subsidiar a tomada de decisão e prestação de contas. O IPSERV disponibilizou arquivos da contabilidade, porém estavam em desacordo com o relatório de notas explicativas e relatório, entregues ao controle interno. Na oportunidade solicitamos a devida correção, que foi atendida pelo contador Sr. Augusto Fernandes Santos Correia, entregando os relatórios em 30.06.2025, porém sem correção ainda das notas explicativas e o relatório entregue ao Controle interno.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, de acordo com art 35 da lei 4.320/64, o resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre receitas arrecadas e as despesas legalmente empenhadas no período. No exercício de 2024, as receitas realizadas montaram a quantia de R\$ 246.964.741,35 (duzentos e quarenta e seis milhões novecentos e

sessenta e quatro mil setecentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), contra despesas empenhadas no valor total de R\$ 147.682.276,75 (cento e quarenta e sete milhões seiscentos e oitenta e dois mil duzentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos). De acordo com informações extraídas do balanço orçamentário, o empenho de despesa alcançou 100% da dotação atualizada no exercício de 2024. Para despesas com pessoal e encargos, observamos a previsão social do valor de R\$ 182.154.557,06 (cento e oitenta e dois milhões cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).

Foi empenhado com pessoal o valor de R\$ R\$ 141.349.479,12 (cento e quarenta e um milhões trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e doze centavos), perfazendo 57,23% do total da arrecadação. A análise do balanço patrimonial é a forma mais tradicional de evidenciação dos resultados apurados. Através desta análise chega-se a indicadores destinados a tomada de decisões, voltados ao desempenho das tomadas de decisões estratégicas, identificando as oportunidades e riscos. Apurou-se um **Patrimônio Líquido de R\$-3.629.392.932,63**, dentro das variações patrimoniais. O Quociente Liquidez Imediata no ano de 2024, o IPSEV apresenta um resultado de 16,5600, o que demonstra que as disponibilidades são suficientes para cobrir os compromissos de Curto Prazo. O IPSEV no exercício em análise apresentou para o Quociente de Liquidez Corrente um resultado igual a 356,1115, ou seja, o Ativo Circulante foi maior que o Passivo Circulante o que evidencia um excesso de recursos financeiros, representados pelo total de Recursos a Curto Prazo para pagar as dívidas de curto prazo. Esse resultado deve ser analisado com reserva, visto que o Ativo Financeiro é formado pelas contas Ordinárias e Vinculadas, o volume maior de recursos é representado pelas Aplicações e Investimentos a curto e longo prazo. O Quociente de Liquidez Geral igual a 0,2199, apresentado no final do exercício de 2024, demonstra que o IPSEV não tem capacidade para honrar todas as suas exibilidades com seus recursos realizáveis a Curto e Longo Prazos. O Índice de Solvência igual a 0,2210, demonstra que o **IPSEV ao final do exercício de 2024 não é solvente** e não está em condições de fazer frente às suas obrigações e ainda apresenta uma **situação Patrimonial que não garante a sua continuidade no futuro**. O balanço financeiro, possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício, evidencia os ingressos (receitas orçamentárias e recebimento extraorçamentários) e dispêndios (despesa orçamentária e pagamentos extraorçamentários), se equilibram por

meio da inclusão do saldo em espécie do exercício anterior e os transferem para o exercício seguinte. No exercício de 2024 houve um resultado financeiro de R\$155.847.113,07 (cento e cinquenta e cinco milhões oitocentos e quarenta e sete mil cento e treze reais e sete centavos), como segue descrito na planilha abaixo:

Receitas orçamentárias	R\$ 246.964.741,35
(+) Transferências	R\$ 73.204.496,92
(+) Recebimentos extra	R\$ 24.255.138,07
(-) Despesas orçamentária	R\$ 147.682.276,75
(-) pagamentos	R\$ 21.721.939,86
(-) perdas em aplicações financeiras	R\$ 19.173.046,66
Resultado Financeiro do exercício	R\$ 155.847.113,07

Um resultado financeiro positivo é também um indicador de equilíbrio financeiro. Parcelamento firmados com a Prefeitura Municipal de Uberaba desde 2009, totalizou R\$ 65.481.094,20 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, noventa e quatro reais e vinte centavos), dos quais R\$ 54.136.010,92 (cinquenta e quatro milhões, cento e trinta e seis mil, dez reais e noventa e dois centavos) já haviam sido pagos até o exercício de 2024. No referido exercício, registrou-se que foram pagas parcelas no montante de R\$ 4.086.817,95 (quatro milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos), que dois acordos, de números 255/2019 e 592/2019, foram integralmente quitados, totalizando R\$ 965.039,55 (novecentos e sessenta e cinco mil, trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), que não houve a formalização de novos acordos no período e que o saldo inscrito a pagar em 31/12/2024 corresponde ao montante de R\$ 11.345.083,28 (onze milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, oitenta e três reais e vinte e oito centavos). Os **Restos a Pagar não processados** aparece com o valor de R\$258.185,24 e **Restos a Pagar processados** com o valor de R\$420.141,55 referentes ao pagamento de obrigações, sejam elas, trabalhistas, previdenciárias e consignados, podendo ser de aposentadorias, pensões e/ou fornecedores. O **Fluxo Atuarial do Plano Financeiro**, caso as hipóteses atuariais venham a se confirmar ao do tempo, o Ente Federativo fará aportes complementares e R\$2.023.426.690,87 (Dois bilhões vinte e três milhões quatrocentos e vinte e seis mil seiscentos e noventa reais oitenta e sete centavos) em

valor nominal para cobertura de insuficiência financeira. Quando analisadas as receitas oriundas das contribuições dos servidores ativos, inativos, pensionistas e o repasse patronal ao longo de 2024, resulta em uma relação de 22,58% o que representa a falta de R\$6.649.199,19 (Seis milhões seiscentos quarenta e nove mil cento e noventa e nove reais e dezenove centavos) mensal. As principais causas do **Déficit Atuarial** neste exercício de 2024 foi a Alteração da taxa de juros para \$ 19.173.046., Alteração da tábua de mortalidade para a mais recente do IBGE 2023, Aumento da média salarial dos segurados ativos em 18,89%, Aumento na média do valor dos proventos dos inativos em 32,79%, Aumento quantitativo nos inativos em 27,53%, Redução quantitativo nos ativos em 5,56%, Redução da estimativa da compensação financeira entre os regimes previdenciários relativos aos benefícios a conceder, conforme parágrafo único do art. 34 da Portaria MTP N 1467/2022. A carteira de investimentos encerrou o exercício de 2024 com um saldo total final de R\$952.231.348,29 (novecentos e cinquenta e dois milhões duzentos e trinta e um mil trezentos e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos). Estão consolidados neste saldo final, recursos da Taxa Administrativa, Plano Financeiro e Previdenciário. A meta de investimentos estabelecida para o corrente ano foi de IPCA + 5,17% a.a. Portanto, a meta de rentabilidade para 2024 foi de 10,27% segundo o que nos demonstra o Relatório de Análise, Enquadramentos, rentabilidade e Risco com base em 31/12/2024 e o resultado nos investimentos aparecem com um retorno acumulado de 9,81%. O resultado auferido no período em análise, em relação à meta proposta foi negativo de (-) 0,46%. No Balanço Financeiro, na conta Perdas em Aplicações Financeiras no exercício atual nos mostra um saldo negativo de (-)R\$19.173.046,66 (negativo dezenove milhões cento e setenta e três mil quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos). No exercício de 2023 está perda foi de (-)R\$15.714.840,02 (negativo quinze milhões setecentos e quatorze mil oitocentos e quarenta reais e dois centavos). Pudemos então observar, que as perdas nos dois últimos exercícios somaram o valor significativo de (-)R\$34.887.886,68. Salientamos, que este Conselho Fiscal, não é tolerante com tamanha perda e não comunga com a perspectiva de achar que este valor da perda em aplicações financeiras seja aceitável. É um valor significativo, que o Comitê de Investimentos deverá no próximo exercício, investigar com um olhar técnico e minucioso para identificar como amenizar de forma significativa esse tipo de perda. A distribuição dos ativos por administradores encerrou o ano com a seguinte distribuição. BB

GESTÃO R\$547.693.589,84 com 57,63% do total investido; CAIXA ECONÔMICA R\$120.854.667,45; Tesouro Nacional R\$93.882.036,36 com 9,88%, BTG PACTUAL R\$51.153.228,95 com 5,38% do total da carteira, BANCO BTG R\$44.417.866,97 com 4,67%; ITAÚ UNIBANCO R\$40.021.281,35 com 4,21%, BEM DTVM R\$16.686.457,40 representando 1,76% do total investido, BNP PARIBAS R\$15.789.638,18 com 1,66%, XP INVESTIMENTOS R\$12.986.463,27 com 1,37%, BANCO BRADESCO R\$6.464.293,02 com 0,68%, INTRAG DTVM R\$454.871,03 com 0,048% e GENIAL INVESTIMENTOS R\$17.350,33 com 0,0018%. Tendo agora como análise o Enquadramento e Política de investimentos em renda fixa observamos no último dia do exercício o saldo de R\$803.668.681,59 representando 84,40% da carteira; em Renda variável/estruturado/imobiliário o saldo de R\$109.733.445,46 o que representa 11,52% da carteira; em investimentos no exterior R\$38.829.221,74 representando 4,08% da carteira. Na planilha do retorno dos investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) os valores estão discriminados das seguinte forma: em Fundos de Renda Fixa o saldo anterior era de R\$686.708.850,06 com aplicações na ordem de R\$638.313.207,17, e resgates de R\$588.593.084,39 com um retorno de R\$67.239.708,75 apresentando um saldo atual de R\$803.668.681,59 o que representa 9,13% de retorno no período; em Fundos de renda variável o saldo anterior era de R\$487.378.256,46 aplicações de R\$19.809.470,15, resgates de R\$3.744.774,43 com um retorno de R\$6.290.493,28 representando 6,08% no exercício; em análise e Fundos no exterior o saldo anterior era de R\$22.305.800,63 aplicações na ordem de R\$7.500.000,00 com um retorno de R\$9.023.421,11 o que representa 30,27% de retorno no exercício. Na modalidade Empréstimo Consignado o valor investido é zero. A análise do enquadramento da carteira de investimentos por segmento, por subsegmento e fundo de investimento obedece aos limites impostos pela Resolução CMN 4963/2021. Portanto pode-se concluir que não existe no período desenquadramento. Baseado na documentação dos investimentos entregues para a prestação de contas do fechamento do exercício de 2024, este Conselho, aprova por unanimidade, o parecer do exercício de 2024 do Comitê de Investimentos, elaborado pelo Gestor de Recursos e aprovado pelo Comitê de Investimentos, com as ressalvas: primeiramente sobre a ausência dos documentos contábeis referentes ao período em análise, que não foram entregues aos componentes deste Conselho, e em segundo lugar sobre não concordar com a perda de (-)R\$19.809.470,15, por achar que é um valor significativo,

sugerindo que para o próximo ano sejam adotadas estratégias que minimizem essa perda. Os membros deste Conselho definem que; para concluir e publicar o “Parecer” de 2024, vão aguardar o recebimento dos documentos a serem encaminhados pelo IPSERV, para a análise Contábil final. Esgotados todos os assuntos para serem tratados no momento, Carlos César pergunta aos presentes se ainda desejam citar algum tema para discussão. Tendo a negativa dos presentes como resposta, o presidente do Conselho Fiscal agradece a participação de todos e declara encerrada a reunião. Solidariamente os componentes do Conselho Fiscal, lavram e assinam a presente.
Uberaba, 13 de Julho de 2025.

CONSELHEIROS FISCAIS

Carlos César Gonzaga
Presidente

Luzia Cristina da Silva
Vice Presidente

Josiani Lança de Azevedo
Secretária

PARTICIPANTE CONVIDADO

Márcio Adriano Oliveira Barros
Presidente IPSERV